

DECRETO Nº 253, DE 16 DE OUTUBRO DE 1973.  
(Vide Decretos nº 781/1983 e nº 1031/1987)



**ORGANIZA A COMISSÃO  
MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL  
(COMDEC) E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, de acordo com o art. 5º da Lei Estadual nº 4841 de 23 de Maio de 1973 e no uso de suas atribuições, DECRETA:

**Art. 1º** A Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) é o órgão de coordenação dos assuntos de defesa civil, como tal definida na lei estadual nº 4841 de 23 de Maio de 1973,

§ 1º - A COMDEC, embora autônomo, para assuntos de seu peculiar interesse, entrosar-se-á com os órgãos competentes da União e do Estado, com os quais guardará estreita afinidade, no desempenho de suas atribuições, em especial quando generalizadas as calamidades ou situação de emergência.

§ 2º - A COMDEC será constituída pelos representantes das seguintes áreas ou entidade:

- 1- do Governo Municipal; de seus elementos próprios;
- 2- do Governo do Estado, oriundos das seguintes áreas com ação local: polícia civil, polícia militar, saúde, agricultura, finanças, promoção social, educação arrecadação ou fisco;
- 3- da comunidade, pertencentes às seguintes áreas: comércio, indústria, agricultura, clubes de serviço, organizações religiosas, organizações assistenciais, organizações hospitalares, profissões liberais, organizações escolares particulares, sociedades.

§ 3º - Os membros da COMDEC, organizar-se-ão em grupos, entre os quais os seguintes:

- a) Grupo Direção - (Presidente e Secretário Executivo);
- b) Grupo Permanente;
- c) Grupo de Emergência.

§ 4º - A COMDEC será presidida pelo Prefeito, quando este integrar a Comissão; se não integrar, será por ele designado o presidente.

§ 5º - A COMDEC terá um Secretário Executivo, designado pelo Prefeito Municipal.

§ 6º - A COMDEC terá um regimento, o qual, para fins de uniformidade, será submetido a prévia aprovação da coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC).

**Art. 2º** Incumbe à COMDEC, em coordenação com órgãos federais e estaduais congêneres:

- a) acompanhar e identificar os fatores adversos e anormais da natureza da ocorrência periódica na área, bem como os que estranhos à natureza, possam ser objeto de ocorrência no município;
- b) elaborar planos gerais e setoriais para enfrentar os aludidos fatores anormais ou adversos;
- c) recomendar ou sugerir através da CEDEC medidas específicas e prioritárias à Administração Pública, para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;
- d) organizar grupos executivos de ação contínua, permanentes ou de emergência, com vistas à execução dos planos aprovados.

**Art. 3º** No caso de calamidade pública ou situação de emergência, declarados pelo Governo Federal, Estadual, ou pelo Município, com efeitos na área, incumbe à COMDEC (art. 8º, parágrafo único da Lei Est. nº 4841, de 23 de Maio de 1973.

- a) entrosar-se com os órgãos federais e estaduais ligados ao sistema.
- b) Adotar medidas objetivas para minorar riscos, evitar perdas e assistir a população ou interesses;
- c) Solicitar à CEDEC a requisição de próprios e serviços essenciais, definindo os fins que se destinam;
- d) Convocar órgãos e pessoas, mesmo não integrantes do sistema, para que dele participem;
- e) Sugerir e alertar a CEDEC sobre o controle respeitada a legislação aplicável e sobre a divulgação de informações;
- f) Estimar e solicitar recursos e bens necessários à eficácia do seu desempenho;
- g) Solicitar a colaboração de órgãos sob jurisdição diversa, bem como os classistas, religiosos ou assistenciais;
- h) Estabelecer contacto imediato com o comando das Forças Armadas Federais mais próximas solicitando colaboração se for o caso.

Parágrafo Único. É obrigatória a participação dos órgãos e serviços municipais, independente do setor em que atuem, bem com dos servidores públicos municipais em geral, para o esforço comum de defesa civil.

**Art. 4º** Os servidores necessários ao funcionamento da COMDEC serão postos à sua disposição, requisitados das repartições municipais.

**Art. 5º** Quando necessário, a COMDEC solicitará ao Prefeito a abertura de créditos extraordinários destinados a cobrir despesas com a emergência.

**Art. 6º** Superada a emergência, incumbe à COMDEC:

- a) levantar os danos causados pela calamidade, individuando as pessoas e estimando os prejuízos;
- b) promover junto à CEDEC auxílios destinados a aliviar as conseqüências dos danos sofridos;
- c) oferecer relatório à CEDEC solicitando a realização de obras e serviços que, de futuro,

atenuem ou evitem a calamidade.

**Art. 7º** As despesas deste decreto correrão à conta das dotações normais do orçamento municipal ou por créditos especiais ou extraordinários que venham a ser abertos com base no art. 43 da Lei Federal **4320** de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tubarão, 18 de outubro de 1973.

IRMOTO JOSÉ FEUERSCHUETTE  
Prefeito